

Banco Société Générale Brasil S.A.
Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2018 e de 2017



Índice

Relatório da Administração	>	3
Ativo	>	4
Passivo	>	5
Demonstrações do Resultado Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e de 2017	>	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e de 2017	>	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e de 2017	>	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os Semestres Findos em 30 De Junho de 2018 e de 2017	>	9
Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras	>	34
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	>	35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstrações financeiras individuais em separado da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. O Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2018 atingiu o valor de R\$ 1,4 bilhão (R\$ 1,28 bilhão em 30 de junho de 2017) e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 25,40% (27,34% em 30 de junho de 2017) – Índice alcançado de Basileia.

O banco apresentou um lucro de 77,7 milhões no semestre de 2018, sendo o segundo semestre seguido de lucro líquido após o processo de encerramento das atividades do setor de financiamento ao consumidor concluído em dezembro de 2017.

A Administração do Grupo Société Générale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 17 de agosto de 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	ATIVO			
		Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTE			17.136.757	14.206.532
Disponibilidades		5	64.341	1.044
Aplicações interfinanceiras de liquidez		6	5.679.020	4.541.306
Aplicações no mercado aberto			5.449.521	4.211.387
Aplicações em depósitos interfinanceiros			229.499	329.919
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		7	1.551.436	904.114
Carteira própria			595.865	405.984
Vinculados à prestação de garantias			369.540	254.196
Instrumentos financeiros derivativos		7.e.1	586.031	243.934
Relações interfinanceiras			1.435	68
Pagamentos e recebimentos a liquidar			1	-
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil			384	68
Créditos vinculados - Correspondentes			1.050	-
Operações de crédito			429.055	133.770
Operações de crédito - setor privado		9.a	431.178	139.644
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		10	(2.123)	(5.874)
Outros créditos			9.411.470	8.626.230
Carteira de câmbio		11	9.295.665	8.579.015
Rendas a receber			202	444
Negociação e intermediação de valores		8	42.823	2.284
Diversos		12	92.645	55.136
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		11	(19.865)	(10.649)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			3.437.716	3.286.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez		6	211.618	165.668
Aplicações em depósitos interfinanceiros			211.618	165.668
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		7	481.662	745.175
Carteira própria			7.978	7.342
Vinculados à prestação de garantias			211.008	329.018
Instrumentos financeiros derivativos		7.e.1	262.676	408.815
Operações de crédito			290.007	210.809
Operações de crédito - setor privado		9.a	290.007	210.809
Outros créditos			2.454.429	2.164.481
Carteira de câmbio		11	1.965.880	1.904.253
Diversos		12	488.549	260.228
PERMANENTE			117.275	338.495
Investimentos			114.224	335.645
Participações em controladas		14	114.204	335.620
Outros investimentos			20	25
Imobilizado de uso			3.051	2.850
Imóveis de uso			3	-
Outras imobilizações de uso			12.695	11.879
Depreciações acumuladas			(9.647)	(9.029)
TOTAL DO ATIVO			20.691.748	17.831.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO				
		Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTE			15.775.269	13.553.714
Depósitos	15		292.713	750.640
Depósitos à vista			6.815	5.700
Depósitos interfinanceiros			60.052	506.660
Depósitos a prazo			225.846	238.280
Captações no mercado aberto			675.587	1.289.246
Carteira de terceiros	16		433.032	1.033.998
Carteira de Livre Movimentação			242.555	255.248
Relações interfinanceiras			1	96
Recebimentos e pagamentos a liquidar			1	96
Relações interdependências			14.708	55.286
Recursos em trânsito de terceiros			14.708	55.286
Obrigações por empréstimos e repasses	17		6.083.204	3.487.729
Empréstimos no exterior			6.081.632	3.485.490
Repasses do exterior			211	1.351
Repasses do País - FINAME			1.361	888
Instrumentos financeiros derivativos			601.869	324.655
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1		601.869	324.655
Outras obrigações			8.107.187	7.646.062
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados			720	121
Carteira de câmbio	11		8.036.220	7.562.409
Fiscais e previdenciárias	12.b		55.601	68.629
Negociação e intermediação de valores	8		107	166
Diversas	12.c		14.539	14.737
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			3.518.576	2.994.808
Depósitos	15		131.421	218.452
Depósitos interfinanceiros			61.089	42.677
Depósitos a prazo			70.332	175.775
Obrigações por empréstimos e repasses	17		534.312	429.049
Empréstimos no exterior			532.315	420.334
Repasses do exterior			54	222
Repasses do País - FINAME			1.943	8.493
Instrumentos financeiros derivativos			425.651	206.059
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1		425.651	206.059
Outras obrigações			2.427.192	2.141.248
Carteira de câmbio	11		2.008.156	1.911.595
Fiscais e previdenciárias	12.b		33.099	64.557
Diversas	12.c		385.937	165.096
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	18		1.841	1.866
Resultado de exercícios futuros			1.841	1.866
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		1.396.062	1.280.772
Capital social			2.956.929	2.956.929
Reserva de capital			2.187	2.125
Ajustes de avaliação patrimonial			7.826	4.490
Prejuízos acumulados			(1.570.880)	(1.682.772)
TOTAL DO PASSIVO			20.691.748	17.831.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.390.668	260.009
Operações de crédito		24.273	12.418
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		275.112	352.789
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		1.091.283	(105.198)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.281.404)	(167.416)
Operações de captações no mercado		(47.286)	(122.898)
Operações de empréstimos e repasses	17	(1.186.733)	(175.911)
Resultado de operações com câmbio		(47.649)	137.942
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	2	(2.685)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		262	(3.864)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		109.264	92.593
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(70.907)	(140.168)
Receitas de prestação de serviços		14.781	9.026
Resultado de participações em controladas e coligada	14	3.585	(110.315)
Despesas de pessoal		(52.075)	(29.123)
Outras despesas administrativas	22	(34.361)	(25.431)
Despesas tributárias		(7.484)	(7.485)
Outras receitas operacionais	23	38.962	37.440
Outras despesas operacionais	24	(34.315)	(14.280)
RESULTADO OPERACIONAL		38.357	(47.575)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		9.351	20
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		47.708	(47.555)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20	29.991	(25.616)
Provisão para imposto de renda corrente		7.360	(11.948)
Provisão para contribuição social corrente		975	(9.436)
Imposto diferido		21.656	(4.232)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE		77.699	(73.171)
Lucro/(Prejuízo) por ação		76,40	(71,95)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.956.929	2.018	2.924	(1.609.572)	1.352.299
Ajuste de Lucros e Prejuízos de exercícios anteriores em controladas - Banco Pecúnia S.A.	-	-	-	(17)	(17)
Plano de pagamento baseado em ações					
- Controlador.....	-	107	-	-	107
Ajustes de avaliação patrimonial					
-Títulos disponíveis para venda	-	-	5.256	(12)	5.244
-Hedge de fluxo de caixa	-	-	(3.690)	-	(3.690)
Prejuízo do semestre	-	-	-	(73.171)	(73.171)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	2.956.929	2.125	4.490	(1.682.772)	1.280.772
 SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	 2.956.929	 2.294	 6.878	 (1.648.579)	 1.317.522
Plano de pagamento baseado em ações					
- Controlador.....	-	(160)	-	-	(160)
- Controlada.....	-	53	-	-	53
Ajustes de avaliação patrimonial					
-Títulos disponíveis para venda	-	-	(3.940)	-	(3.940)
-Hedge de fluxo de caixa	-	-	4.888	-	4.888
Lucro líquido do semestre	-	-	-	77.699	77.699
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	2.956.929	2.187	7.826	(1.570.880)	1.396.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/(Prejuízo) líquido dos semestres		77.699	(73.171)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		1.193.970	90.041
Depreciações e amortizações		906	684
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		(2)	2.685
Provisão (reversão) para perdas com outros créditos		(262)	3.864
Atualização de depósitos judiciais		-	(9.278)
Constituição/Atualização de provisão para riscos	13 (ii)	8.961	6.290
Impostos diferidos		(21.656)	4.232
Variação cambial de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos....		1.208.820	(30.441)
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação		841	1.566
Atualização de plano de ações		(53)	107
Resultado de participação em controladas		(3.585)	110.315
Ajustes de exercícios anteriores em controladas		-	17
Lucro líquido ajustado		1.271.669	16.870
Variação de ativos e obrigações		(576.863)	380.959
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		749	(26.648)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários		6.000	(264.316)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências		(60.542)	38.367
Aumento em operações de crédito		(213.749)	(306.152)
Redução em outros créditos		(3.404.637)	(4.112.292)
Redução em outros valores e bens		458	-
Redução em depósitos		(300.257)	(90.436)
Aumento no mercado aberto		218.699	448.207
Aumento em obrigações por empréstimos		342.556	1.150.497
Aumento em outras obrigações		2.601.363	3.290.882
Aumento em instrumentos financeiros derivativos		232.542	253.366
Redução em resultados de exercícios futuros		(45)	(516)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		694.806	397.829
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento de capital em controladas	14	-	(10.000)
Alienação de investimentos em coligada		-	53.300
Aquisição de imobilizado de uso		(224)	(90)
Alienação de outros investimentos		1	-
Alienação de imobilizado de uso		32	4
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		(191)	43.214
AUMENTO DO CAIXA NO SEMESTRE		694.615	441.043
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE		4.619.180	3.313.426
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	5	5.313.795	3.754.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil ("Conglomerado" ou "Consolidado"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O suporte das operações do Banco à empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizado através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

A partir da decisão do Grupo Société Générale de focar suas atividades no Brasil em clientes corporativos e institucionais, e encerrar suas operações de crédito ao consumo de pessoas físicas, o Banco Pecúnia S.A. foi vendido a Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de maio de 2017 pelo valor total de R\$ 53.300. Esta alienação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2017. O Banco Pecúnia S.A. não faz mais parte do conglomerado financeiro a partir desta data.

O Banco Cacique S.A. foi incorporado pelo Banco em 02 de outubro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorporação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017. O acervo cindido, na data de referência, estava composto por:

BALANÇO PATRIMONIAL DO BANCO CACIQUE S.A.

LEVANTADO EM 02 DE OUTUBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	370.369	CIRCULANTE	208.836
Disponibilidades	537	Depósitos	208
Aplicações interfinanceiras de liquidez	252.534	Depósitos à vista	208
Aplicações no mercado aberto	252.534	Outras obrigações	208.628
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	28.746	Fiscais e previdenciárias	1.114
Vinculados à prestação de garantias	28.746	Diversas	207.514
Relações interfinanceiras	964		
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil	18		
Créditos vinculados - Correspondentes	946		
Outros créditos	87.123		
Diversos	91.787		
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(4.664)		
Outros valores e bens	465		
Outros valores e bens	465		
PERMANENTE	30	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	161.563
Imobilizado de uso	30	Capital social	809.578
Imóveis de uso	10	Reserva de capital	996
Outras imobilizações de uso	73	Ajustes de avaliação patrimonial	7
Depreciações acumuladas	(53)	Lucros/(Prejuízos) acumulados	(649.018)
TOTAL DO ATIVO	370.399	TOTAL DO PASSIVO	370.399

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários foi incorporada pelo Banco em 01 de dezembro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorporação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017. O acervo cindido, na data de referência, estava composto por:

BALANÇO PATRIMONIAL DA SOCIETE GENERALE S.A. CORRETORA DE CÂMBIO,

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, LEVANTADO EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	105.555	CIRCULANTE	15.218
Disponibilidades	2.902	Outras obrigações	15.218
Outros créditos	102.653	Fiscais e previdenciárias	5.217
Diversos	102.653	Diversas	10.001
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.337
		Capital social	90.415
		Reservas de lucros	803
		Lucros/(Prejuízos) acumulados	(881)
TOTAL DO ATIVO	105.555	TOTAL DO PASSIVO	105.555

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial consolidadas são divulgadas no sítio eletrônico do banco atendendo a resolução 4.280 de 31 de outubro de 2013.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12
- b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
- d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- e) CPC 04 - Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16;
- f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
- l) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- m) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 10 de agosto de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o seu exercício, agregando os custos inerentes ou transferindo o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

I - “hedge” de risco de mercado; e

II - “hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica "Outras obrigações".

f) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases "pró-rata" dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h) Investimentos

- As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo.

i) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

j) Depreciações

Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%.

k) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

l) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

m) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for feita uma estimativa confiável, de obrigações presentes que são consideradas prováveis seu risco de perda com saída de recursos para sua liquidação que incorporam benefícios econômicos e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

p) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

q) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

r) Resultado por ação

A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

s) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são reconhecidos como despesa de pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro.

■ 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades do Banco SG, e em conformidade com a Res.4557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A área de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposição não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CRO e à Alta Administração.

A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

II. Risco de mercado

A área de Risco de Mercado utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Banco com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Banco, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

IV. Risco operacional

Conforme a Resolução CMN nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, o Banco identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa nº 25); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e suas alterações posteriores, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, e suas alterações posteriores, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo:

I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria;

II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidas ao COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

■ 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Disponibilidades.....	64.341	1.044
Aplicações no mercado aberto.....	4.792.015	3.753.424
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	60.052	-
Total.....	4.916.408	3.754.468

■ 6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2018	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Aplicações no mercado aberto.....	5.449.521	-	-	-	5.449.521
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	114.295	115.204	197.664	13.954	441.117
Total.....	5.563.816	115.204	197.664	13.954	5.890.638
Em 30 de junho de 2017	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Aplicações no mercado aberto.....	4.211.387	-	-	-	4.211.387
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	191.705	138.214	143.588	22.080	495.587
Total.....	4.403.092	138.214	143.588	22.080	4.706.974

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2018 e de 2017 por categoria:

	2018		2017	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	617.946	603.843	412.255	413.326
Títulos para negociação:	609.971	595.865	405.430	405.984
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	23.431	23.436	22.473	22.498
Letras do Tesouro Nacional - LTN	249.414	248.805	112.673	112.765
Notas do Tesouro Nacional - NTN	179.743	166.241	154.352	154.789
Debêntures	157.383	157.383	115.932	115.932
Títulos disponíveis para venda:	7.975	7.978	6.825	7.342
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.975	7.978	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	6.825	7.342
Vinculados à prestação de garantias:	570.089	580.548	566.089	583.214
Títulos para negociação:	159.427	156.491	253.368	254.196
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	9.773	9.773
Letras do Tesouro Nacional - LTN	52.654	52.019	153.360	153.530
Notas do Tesouro Nacional - NTN	106.773	104.472	90.235	90.893
Títulos disponíveis para venda:	410.662	424.057	312.721	329.018
Letras do Tesouro Nacional - LTN	358.395	371.784	312.721	329.018
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.006	21.012	-	-
Cotas de fundos de investimentos	31.261	31.261	-	-
Total	1.188.035	1.184.391	978.344	996.540

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda

Papel	2018				
	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	28.981	28.990	9	(4)	5
Letras do Tesouro Nacional - LTN	358.395	371.784	13.389	(6.025)	7.364
Cotas de fundos de investimento	31.261	31.261	-	-	-
Total	418.637	432.035	13.398	(6.029)	7.369

Títulos disponíveis para venda

Papel	2017				
	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	319.546	336.360	16.814	(7.566)	9.248
Total	319.546	336.360	16.814	(7.566)	9.248

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

c) Composição por prazo de vencimento

	2018			2017		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	752.356	-	752.356	660.180	-	660.180
A vencer até 3 meses	-	116.241	116.241	-	-	-
A vencer entre 3 e 12 meses	-	96.808	96.808	-	-	-
A vencer entre 1 e 3 anos	-	218.986	218.986	-	252.951	252.951
A vencer entre 3 e 5 anos	-	-	-	-	83.409	83.409
Total	752.356	432.035	1.184.391	660.180	336.360	996.540

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d) Composição por emissor

	2018	2017
Títulos para negociação	752.356	660.180
Públicos	594.973	544.248
Governo Federal	594.973	544.248
Privado	157.383	115.932
Debêntures	157.383	115.932
Títulos disponíveis para venda	432.035	336.360
Públicos	400.774	336.360
Governo Federal	400.774	336.360
Privado	31.261	-
Cotas de fundos de investimentos	31.261	-
Total	1.184.391	996.540

e) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas.

Demonstramos a seguir a relação dos swap's por indexador:

e.1) "Swap", NDF e Opções

Em 30 de junho de 2018

Swaps e NDF's

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A.	Curva	Mercado
	Brasil, Bolsa, Balcão		
CDI x DÓLAR	42.408	(6.430)	(6.421)
CDI x EURO	100.000	(12.041)	(11.590)
CDI x IPCA	29.100	(499)	(828)
CDI x LIBOR (Fluxo de caixa)	425.325	(46.984)	(43.808)
CDI x PRÉ	634.930	(15.515)	(23.693)
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	107.668	(367)	(1.567)
DÓLAR (NDF)	2.628.430	28.604	36.403
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	200.284	38.522	34.962
DÓLAR X LIBOR U\$ 3M (Fluxo de caixa)	151.317	(343)	(2.387)
EURO (NDF)	1.004.108	2.907	16.880
EUR BFIX NY 8h x CDI CETIP	110.073	4.491	5.104
IPCA x CDI	29.200	419	744
LIBOR X DÓLAR (Fluxo de caixa)	579.770	679	1.693
PRÉ x CDI	3.073.908	(88.149)	(93.187)
PRÉ x DÓLAR	476.736	(36.019)	(13.380)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	508.442	(57.038)	(43.544)
PRÉ X EURO	413.415	(19.611)	(21.838)
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	22.308	(369)	(429)
PRE x EuroREUTERS11NY	109.080	(10.601)	(10.869)
YEN (NDF)	21.551	(930)	(1.062)
Total	10.668.053	(219.274)	(178.817)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 30 de junho de 2017

Swaps e NDF's

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A.	Curva	Mercado
	Brasil, Bolsa, Balcão		
CDI x DÓLAR	156.300	(6.497)	(6.444)
CDI x EURO.....	60.000	(3.507)	(3.744)
CDI x IPCA	24.100	176	(326)
CDI (NDF).....	180.346	10.708	11.488
CDI x PRÉ.....	179.511	26	393
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	157.667	201	(387)
DÓLAR (NDF)	2.108.657	4.271	488
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa).....	308.022	94.958	102.705
DÓLAR X LIBOR U\$ 3M (Fluxo de caixa)	194.514	703	(1.429)
DÓLAR x PRÉ (Fluxo de caixa)	7.288	5.503	5.540
EURO (NDF)	1.376.815	(26.342)	(27.622)
IPCA x CDI.....	24.200	(217)	248
LIBOR X DÓLAR (Fluxo de caixa).....	194.514	(695)	1.512
LIBRA ESTERLINA (NDF)	23.282	1.031	1.053
PRÉ x CDI.....	2.324.554	14.099	(16.211)
PRÉ x DÓLAR	282.612	25.249	39.576
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa).....	552.635	28.261	47.844
PRÉ X EURO	571.153	(33.156)	(32.416)
RENMINBI HONG KONG VENDA (NDF).....	6.812	(339)	(399)
YEN (NDF).....	11.513	200	179
Total	8.744.495	114.633	122.048

Opções flexíveis	2018		2017	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Compra de opção de compra.....	172.146	4.556	-	-
Venda de opção de compra	172.146	(4.556)	-	-
Total	344.292	-	-	-

Opções listadas	2018		2017	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Posição comprada-Opções de venda	-	-	124.400	-
Total	-	-	124.400	-

Operações a termo	2018	2017
	Valor dos contratos	Valor dos contratos
Compras a termo a receber.....	393.728	923
Obrigações por compra de termo a pagar.....	(393.724)	(936)
Total	4	(13)

Diferencial e prêmios a receber (pagar) - Swap, Ndf e Opções

	2018	2017
Curto prazo.....	586.031	243.934
Longo prazo	262.676	408.815
Saldo registrado no ativo:	848.707	652.749
Curto prazo.....	(601.869)	(324.655)
Longo prazo	(425.651)	(206.059)
Saldo registrado no passivo:.....	(1.027.520)	(530.714)
Diferencial líquido a receber/(pagar)	(178.813)	122.035

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e.2) Mercado futuro

Mercadoria	2018		2017	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
DDI.....	7.329.490	34.600	9.339.597	(1.105)
DI.....	3.497.171	(663)	3.883.479	(212)
Dólar.....	1.654.280	8.880	3.977.795	3.598
Total.....	12.480.941	42.817	17.200.871	2.281

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores", e a pagar registrados na conta "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores". Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 371.784 (R\$ 260.408 em 2017).

Os contratos de "swap", NDFs, futuros e opções têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 30 de junho de 2018	Valores referenciais						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total de contratos
"Swap".....	460.237	2.526.299	2.969.744	965.263	92.420	-	7.013.963
NDFs.....	1.721.039	963.995	678.776	274.421	15.859	-	3.654.090
Futuros.....	4.467.027	3.992.469	3.063.737	939.375	18.333	-	12.480.941
Operações a Termo.....	393.724	-	-	-	-	-	393.724
Opções.....	344.292	-	-	-	-	-	344.292
Total.....	7.386.319	7.482.763	6.712.257	2.179.059	126.612	-	23.887.010

Em 30 de junho de 2017	Valores referenciais						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total de contratos
"Swap".....	785.996	1.250.080	1.689.027	678.893	633.073	-	5.037.069
NDFs.....	2.311.482	538.263	524.599	56.819	276.263	-	3.707.426
Futuros.....	12.343.226	243.055	938.878	2.870.738	572.282	232.692	17.200.871
Operações a Termo.....	936	-	-	-	-	-	936
Opções.....	124.400	-	-	-	-	-	124.400
Total.....	15.566.040	2.031.398	3.152.504	3.606.450	1.481.618	232.692	26.070.702

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, os seguintes resultados:

	2018	2017
NDF.....	49.427	35.961
Swap.....	(260.027)	(50.695)
Mercado futuro.....	1.301.883	(89.604)
Opções.....	-	(860)
Total.....	1.091.283	(105.198)

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de "hedge accounting" de fluxo de caixa do Banco é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de "hedge", composta pelo empréstimo - objeto de hedge e os derivativos - instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de "hedge", conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de "hedge" são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador são representados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

“Hedge” fluxo de caixa

	2018		2017	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(430.027)	-	(281.259)	-
DDI	420.829	(390.521)	278.055	(305.924)
DI	-	360.088	-	281.784
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		832		(8.657)
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45%)		(374)		3.895

e.4) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

	2018	2017
	Ativo/(Passivo)	
FI LIQUIDEZ CÂMARA BM&FBOVESPA MULTIMERCADO		
Quantidade de cotas	299.779,4947942	-
Participação	1,45%	-
Saldo	31.262	-

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

a) Ativo - Outros créditos

	2018	2017
Operação:		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	42.817	2.281
Outros	6	3
Total	42.823	2.284

b) Passivo - Outras obrigações

	2018	2017
Operação:		
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	107	166
Total	107	166

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	2018	2017
Empréstimos e títulos descontados	179.832	123.880
Financiamentos	541.353	226.573
Total das operações de crédito	721.185	350.453
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 11)	1.210.877	961.764
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 11)	9.176	6.505
Outros créditos – títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 12)	69.298	37.540
Total de outros créditos	1.289.351	1.005.809
Total do risco da carteira	2.010.536	1.356.262

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Diversificação por atividade:

	2018	2017
Setor privado:		
Indústria	1.421.143	943.470
Comércio.....	334.551	294.549
Instituições financeiras.....	1.392	-
Pessoas físicas.....	187	343
Prestação de serviços	231.940	116.503
Outros serviços	21.323	1.397
Total	2.010.536	1.356.262

c) Vencimento:

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	7.781	0,39	3.331	0,25
A vencer até 3 meses	251.949	12,53	2.506	0,18
A vencer de 3 a 12 meses	1.278.245	63,58	1.113.154	82,08
A vencer de 1 a 3 anos	461.544	22,96	231.270	17,05
A vencer de 3 a 5 anos	11.017	0,54	6.001	0,44
Total	2.010.536	100,00	1.356.262	100,00

d) Concentração da carteira de crédito:

	2018		2017	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor (*)	401.037	19,95	244.299	18,01
10 seguintes maiores devedores.....	1.337.774	66,54	944.797	69,66
20 seguintes maiores devedores.....	236.598	11,77	157.729	11,63
50 seguintes maiores devedores.....	33.605	1,67	9.437	0,70
100 seguintes maiores devedores.....	1.522	0,08	-	-
Total	2.010.536	100,00	1.356.262	100,00

(*) O valor de R\$ 401.037 do principal devedor em 2018 está mitigado de acordo com a Resolução nº2.921 do BACEN.

e) Nível de risco:

		2018			2017		
Nível	%	Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA.....	0,00%	1.380.267	-	1.380.267	917.484	-	917.484
A.....	0,50%	273.283	-	273.283	222.284	-	222.284
B.....	1,00%	321.209	105	321.314	187.083	-	187.083
C.....	3,00%	15.715	326	16.041	9.580	307	9.887
D.....	10,00%	-	2.490	2.490	2.450	-	2.450
E.....	30,00%	127	198	325	271	152	423
F.....	50,00%	414	-	414	-	554	554
G.....	70,00%	-	98	98	11.598	73	11.671
H.....	100,00%	11.741	4.563	16.304	2.182	2.244	4.426
		2.002.756	7.780	2.010.536	1.352.932	3.330	1.356.262

f) Provisão por nível de risco:

		2018		2017	
Nível	%	Total	Provisão	Total	Provisão
AA.....	0,00%	1.380.267	-	917.484	-
A.....	0,50%	273.283	1.366	222.284	1.111
B.....	1,00%	321.314	3.213	187.083	1.871
C.....	3,00%	16.041	481	9.887	296
D.....	10,00%	2.490	249	2.450	245
E.....	30,00%	325	98	423	127
F.....	50,00%	414	207	554	277
G.....	70,00%	98	70	11.671	8.170
H.....	100,00%	16.304	16.304	4.426	4.426
Total		2.010.536	21.988	1.356.262	16.523

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 10. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2018	2017
Saldo inicial.....	22.325	10.811
Constituição	-	6.549
Reversão	(264)	(837)
Baixas	(73)	-
Saldo final.....	<u>21.988</u>	<u>16.523</u>
Curto prazo	21.988	16.523
Total	<u>21.988</u>	<u>16.523</u>

■ 11. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2018	2017
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	6.200.359	5.119.667
Direitos sobre venda de câmbio	5.053.110	5.357.096
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(1.100)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a).....	9.176	6.505
Total	<u>11.261.545</u>	<u>10.483.268</u>
Curto prazo	9.295.665	8.579.015
Longo prazo	1.965.880	1.904.253
Total	<u>11.261.545</u>	<u>10.483.268</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	5.601.105	5.581.647
Obrigações por compra de câmbio	5.654.148	4.854.121
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a).....	(1.210.877)	(961.764)
Total	<u>10.044.376</u>	<u>9.474.004</u>
Curto prazo	8.036.220	7.562.409
Longo prazo	2.008.156	1.911.595
Total	<u>10.044.376</u>	<u>9.474.004</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	1.183	1.176
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	202	727
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 20 b)	-	3.895
Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 13ii) (*)	447.690	243.676
Impostos e contribuições a compensar	38.404	19.595
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 9 a) (***)	69.298	37.540
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 21)	61	50
Devedores diversos no exterior (**).	15.383	8.244
Outros	8.973	461
Total	581.194	315.364
Curto prazo	92.645	55.136
Longo prazo	488.549	260.228
Total	581.194	315.364

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 57.639 em 30 de junho de 2018 (R\$ 55.303 em 2017), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 132.766 (R\$ 124.963 em 2017), e Pedidos de compensação de IRRF, totalizando R\$ 36.159 em junho de 2018 (R\$ 34.055 em 2017). Em 02/10/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origens fiscais trabalhistas e cíveis do Banco Cacique no montante de R\$ 75.500 e em 01/12/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origem fiscal da CCTVM no montante de R\$ 102.636.

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 21).

(***) Refere-se a cessão de créditos sem coobrigação.

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2018	2017
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	31.855	58.082
Impostos e contribuições a recolher	3.710	2.981
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 20 d)	53.135	72.123
Total	88.700	133.186
Curto prazo	55.601	68.629
Longo prazo	33.099	64.557
Total	88.700	133.186

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c) Outras obrigações - diversas:

	2018	2017
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13. i) (**)	191.785	156.595
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13. i)	161.376	2.635
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13. i)	29.842	4
Provisão com despesas de pessoal	11.907	10.868
Provisão para despesas de publicação	82	71
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.347	1.414
Provisão para despesas de advogados	-	33
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 21 a)	2	36
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 21 a)	-	384
Provisão para despesas de auditoria	309	-
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	846	309
Provisão para garantias prestadas (*)	2.934	5.865
Fundo garantidor de crédito	25	54
Valores a pagar execução de sucumbência	-	678
Outras	21	887
Total	400.476	179.833
Curto prazo	14.539	14.737
Longo prazo	385.937	165.096
Total	400.476	179.833

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 30 de junho de 2018 R\$ 613.104 (R\$ 300.042 em 2017).

(**) Reclassificação para nota de outras obrigações - diversas, devido alteração de Cosif conforme carta circular 3.782 do BACEN.

■ 13. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	2018	2017
Riscos fiscais (nota explicativa nº 12 c)	191.785	156.595
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 12 c)	161.376	2.635
Riscos cíveis (nota explicativa nº 12 c)	29.842	4
Total	383.003	159.234

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 30 de junho de 2018

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial.....	175.101	178.229	31.146	384.476
Constituição	16.624	5.757	727	23.108
Baixas	2	-	-	2
Reversão	(2.399)	(22.755)	(2.408)	(27.562)
Atualização	2.457	145	377	2.979
Saldo final.....	191.785	161.376	29.842	383.003

Devedores por depósitos em garantia	371.189	69.316	7.185	447.690
---	---------	--------	-------	---------

Em 30 de junho de 2017

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial.....	148.294	17.226	4	165.524
Constituição	13	-	-	13
Reversão	-	(14.591)	-	(14.591)
Atualização	8.288	-	-	8.288
Saldo final.....	156.595	2.635	4	159.234

Devedores por depósitos em garantia	240.253	2.746	677	243.676
---	---------	-------	-----	---------

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de junho de 2018

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a).....	175.160	191.785	185.921	161.376	29.842	29.842
Perdas possíveis (b)	246.532	-	-	-	19.310	-
Perdas remotas	87.812	-	65	-	11.217	-
Total	509.504	191.785	185.986	161.376	60.369	29.842

Em 30 de junho de 2017

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a).....	156.595	156.595	2.635	2.635	4	4
Perdas possíveis (b)	66.785	-	90	-	1.505	-
Perdas remotas	43.018	-	2.445	-	5.145	-
Total	266.398	156.595	5.170	2.635	6.654	4

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 4.100 (R\$ 4.038 em 2017);
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 111.668 (R\$ 105.313 em 2017);
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 30 de junho de 2018, totalizou R\$ 42.735 (R\$ 42.012 em 2017);
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 8.474 (incorporação CCTVM 01/12/2017)
- Em 30 de Junho de 2018 foi criada provisão, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provisões para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do depósito será automaticamente convertido em renda para a União. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 36.159 (R\$ 25.217 em 2017);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a Incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 50.240 (data da incorporação 02/10/2017)
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 30 de junho de 2018 totalizou R\$ 116.482, sendo R\$ 101.000 oriundos da incorporação da CCTVM em 01/12/2017, (R\$ 11.530 em 2017);

Trabalhistas:

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14. INVESTIMENTOS EM COLIGADA E CONTROLADAS

	Banco Cacique S.A.		Banco Pecúnia S.A.		SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil		Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Informações das controladas:										
Capital social										
Quantidade de ações/cotas.....	-	-	-	-	2.448.501	2.448.501	-	7.956.446	-	-
Ordinárias	-	1.240.445	-	-	2.448.501	2.448.501	-	7.956.446	-	-
Participações - %	-	100	-	-	100	100	-	100	-	-
Patrimônio líquido	-	150.486	-	-	114.204	96.342	-	88.792	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do semestre.....	-	(106.405)	-	-	3.585	2.088	-	(1.890)	-	-
Movimentação dos investimentos:										
Saldos em 31 de dezembro.....	-	246.854	-	57.406	110.566	94.339	-	90.682	110.566	489.281
Ajuste de avaliação patrimonial.....	-	37	-	2	-	(85)	-	-	-	(46)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(106.405)	-	(4.108)	3.585	2.088	-	(1.890)	3.585	(110.315)
Aumento de capital	-	10.000	-	-	-	-	-	-	-	10.000
Plano de pagamento baseado em ações em controlada	-	-	-	-	53	-	-	-	53	-
Baixa de investimento	-	-	-	(53.300)	-	-	-	-	-	(53.300)
Saldos em 30 de junho	-	150.486	-	-	114.204	96.342	-	88.792	114.204	335.620

O Banco Cacique S.A. foi incorporado pelo Banco em 02 de outubro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorporação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017.

O Banco Pecúnia S.A. foi adquirido pela Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de maio de 2017 pelo valor total de R\$ 53.300. Esta alienação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial de 26 de junho de 2017. O Banco Pecúnia S.A. não faz mais parte do conglomerado financeiro a partir desta data.

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários foi incorporada pelo Banco em 01 de dezembro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorporação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017.

15. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Sem vencimento	6.815	5.700	-	-	-	-	6.815	5.700
Até 3 meses.....	-	-	239	110.565	60.052	455.288	60.291	565.853
De 3 meses a 1 ano	-	-	225.607	127.715	-	51.372	225.607	179.087
De 1 a 3 anos	-	-	69.954	175.104	61.089	42.677	131.043	217.781
De 3 a 5 anos	-	-	378	671	-	-	378	671
Total	6.815	5.700	296.178	414.055	121.141	549.337	424.134	969.092

16. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 30 de junho de 2018

	A vencer até 3 meses	Total
Carteira de terceiros.....	433.032	433.032
Carteira de livre movimentação.....	242.555	242.555
Total	675.587	675.587

Em 30 de junho de 2017

	A vencer até 3 meses	Total
Carteira de terceiros.....	1.033.998	1.033.998
Carteira de livre movimentação.....	255.248	255.248
Total	1.289.246	1.289.246

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2018		2017	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no País.....	-	-	-	(64)
Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação (a).....	1.318.704	(143.067)	939.018	(22.257)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b).....	3.952.798	(878.276)	2.242.264	(101.567)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	1.342.445	(165.294)	724.542	(51.741)
Subtotal	6.613.947	(1.186.637)	3.905.824	(175.629)
Repasse do País				
Finame	3.304	(54)	9.381	(124)
Repasse do exterior				
Obrigações por repasse no exterior (d).....	265	(42)	1.573	(158)
Total	6.617.516	(1.186.733)	3.916.778	(175.911)
Curto prazo	6.083.204		3.487.729	
Longo prazo	534.312		429.049	
Total	6.617.516		3.916.778	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-Cayman e Société Générale-New York com vencimentos até 2019 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 2,84% ao ano em 2018 (1,9% ao ano em 2017).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2018, sujeitos à variação cambial e juros de até 1,95% ao ano em 2018 (1,25% ao ano em 2017).

(c) Referem-se a empréstimos, centralizados com a Société Générale-Paris, Société Générale-New York e Société Générale-Cayman e Inter-American Development Bank, com vencimentos até 2021, sujeitos à variação cambial e a juros de até 2,86% ao ano em 2018 (3,93% ao ano em 2017).

(d) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 1,6% ao ano em 2018 (3,5% ao ano em 2017).

Para os empréstimos que foram feitos "hedges" de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de "DDI" e "DI", houve marcação a mercado no Banco com ajuste desfavorável de R\$ 11.449 (em 2017 desfavorável em R\$ 1.911).

18. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2018	2017
Comissão de operação em moeda estrangeira	1.841	1.866
Total	1.841	1.866

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

	2018	2017
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	1.016.948	1.016.948

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. A diretoria, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 27.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho 2018 e 2017:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias.....	47.708	(47.555)	47.708	(47.555)
Alíquota vigente	25%	25%	20%	20%
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente.....	(11.927)	11.889	(9.542)	9.511
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	896	(27.575)	717	(22.059)
-Ajustes de preços de transferência para exterior.....	-	(2)	-	(1)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(6.285)	(1.400)	(5.028)	(1.120)
-Incentivo fiscal.....	(22)	(94)	(18)	(75)
-Outras despesas não dedutíveis	411	76	(96)	(69)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	550	1.573	441	1.258
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(4.248)	5	(3.398)	5
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris.....	(47)	(27)	(37)	(21)
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos.....	83	(1.568)	66	(1.255)
-Provisão para publicação de balanço	10	22	8	18
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais.....	2.003	2.346	1.602	1.876
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR.....	1.079	1.244	864	995
-Honorários advocatícios	411	92	329	73
-Outras diferenças temporárias	(208)	(142)	(168)	(114)
-Provisão Garantias	(166)	3.082	(133)	2.465
Despesa de imposto de renda e contribuição social semestre.....	(17.460)	(10.479)	(14.393)	(8.513)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	12.031	(2.351)	9.625	(1.881)
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros semestres	24.820	(1.469)	15.368	(923)
Total de imposto de renda e contribuição social	19.391	(14.299)	10.600	(11.317)

Em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

O Banco possui prejuízos fiscais em 30 de junho de 2018 de R\$ 49.825 (R\$ 16.169 em 2017) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 580.881 (R\$ 351.296 em 2017), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) diferidos no montante de R\$ 283.818 (R\$ 165.359 em 2017) e não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstrar a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	2018	2017
Diferenças temporárias:.....	-	8.657
Ajuste a valor de Mercado-“hedge-cash flow hedge”	-	8.657
Total	-	8.657
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	-	2.164

Ativo - Contribuição social

Diferenças temporárias:	-	8.657
Total	-	8.657
Alíquota de contribuição social	20%	20%
Crédito tributário constituído	-	1.731
Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 12 a)	-	3.895

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	2018	2017
Saldo inicial.....	3.625	948
Adições.....	-	2.947
Baixas	(3.625)	-
Saldo final.....	-	3.895

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2018	2017
Saldo inicial.....	77.640	63.635
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	(3.224)	10
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	375	-
Receitas com atualização de depósitos judiciais.....	(14.010)	4.222
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- disponível para venda	(7.646)	4.256
Saldo final (*)	53.135	72.123

(*) Nota explicativa nº 12 b

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir:

Ano	Valor contábil	
	Imposto de renda e contribuição social	
	2018	2017
2018.....	-	3.895
Total	-	3.895

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 3.430 em 30 de junho de 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2018	2017	2018	2017
SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	441.117	495.585	23.665	25.519
Valores a receber de sociedades ligadas (*).....	59	31	374	305
Depósitos à vista	(100)	(198)	-	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	5.450	27.028	(7.549)	8.198
Depósitos interfinanceiros	(61.089)	(41.242)	(2.235)	(2.716)
Société Générale S.A. Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários				
Valores a receber de sociedades ligadas (*).....	-	17	-	102
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	(384)	-	-
Depósitos à vista	-	(18)	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	(2.645)	-	(221)
Banco Cacique S.A.				
Depósitos interfinanceiros	-	(250.263)	-	(14.238)
Société Générale - Nova York:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	72
Obrigações em moeda estrangeira	(1.184.035)	(82.818)	(229.404)	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(100.392)	-	(12.361)	(3.670)
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	1.017
Devedores diversos no exterior (*).....	15.383	8.244	-	-
Credores diversos no exterior (**)	(2)	(36)	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	(3.952.791)	(2.239.522)	(765.845)	(13.864)
Obrigações por empréstimos do exterior	(940.445)	(643.504)	(115.796)	(12.464)
Obrigações por repasses do exterior	(265)	(1.573)	(42)	-
Société Générale - Cayman:				
Obrigações por empréstimos do exterior	(264.903)	(25.472)	(32.617)	-
Obrigações em moeda estrangeira	(134.676)	(856.201)	(26.093)	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (*).....	2	2	11	21
Depósitos à vista	(25)	(31)	-	-
Depósitos a prazo	(2.613)	(2.345)	(81)	(307)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(72)	(8)	-	-
Depósitos a prazo	-	-	(126)	(996)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(67.372)	54.805	(101.779)	270.631
Resumo por conta:				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	441.117	495.585	23.665	25.519
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	1.089
Depósitos à vista	(197)	(255)	-	-
Depósitos a prazo	(2.613)	(2.345)	(207)	(1.303)
Depósitos interfinanceiros	(61.089)	(294.150)	(2.235)	(17.175)
Devedores diversos no exterior (*).....	15.383	8.244	-	-
Valores a receber de sociedades ligadas (*).....	61	50	385	428
Obrigações em moeda estrangeira	(5.271.502)	(3.178.541)	(1.021.342)	(13.864)
Credores diversos no exterior (**)	(2)	(36)	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.305.740)	(668.976)	(160.774)	(16.134)
Obrigações por repasses do exterior	(265)	(1.573)	(42)	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	(61.922)	81.833	(109.328)	278.829
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	(384)	-	-
	(6.246.769)	(3.560.548)	(1.269.878)	257.389

(*) Nota explicativa nº 12 a

(**) Nota explicativa nº 12 c

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2018	2017
Proventos.....	2.399	2.736
Contribuição ao INSS	622	646
Total	3.021	3.382

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2018			2017		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris.....	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações.....	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948

■ 22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesas de água, energia e gás.....	43	65
Despesas de material	43	32
Despesas de serviços técnicos especializados	6.639	5.024
Despesas de processamento de dados.....	3.149	2.267
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.437	11.972
Despesas de aluguéis	1.938	1.553
Despesas de serviços de terceiros	767	631
Despesas de manutenção e conservação de bens.....	280	280
Despesas de comunicações	735	566
Despesas de contribuições filantrópicas.....	467	354
Despesas de serviços de vigilância e segurança.....	63	62
Despesas de arrendamento	15	16
Despesas de seguros.....	-	1
Despesas com entidades de classe.....	421	-
Despesas de propaganda e publicidade.....	66	72
Despesas de publicações	71	21
Despesas de transportes.....	218	95
Despesas de promoções e relações públicas	238	482
Despesas de viagem.....	820	465
Despesas de depreciação e amortização.....	906	684
Despesas com auditoria	310	268
Despesas com prestação de serviços corporativos-exterior	41	6
Despesas com consultoria jurídica	4.061	-
Despesas com custas judiciais.....	6.304	-
Outras	329	515
Total	34.361	25.431

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii).....	2.399	-
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii).....	22.755	14.591
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii).....	2.408	-
Atualização de créditos tributários	281	-
Atualização de depósitos judiciais	7.990	9.278
Atualização de depósitos trabalhistas	1.370	97
Juros e multas	255	205
Levantamento depósitos judiciais	-	3
Variação cambial.....	6	3
Reversão de provisão de garantias recebidas	-	13.052
Atualização de depósitos cíveis	157	-
Doações.....	100	-
Prestação de serviços para o exterior	23	-
Receitas pós incorporação de controlada.....	374	-
Receita de cancelamento de contratos	22	-
Reversão de provisão de PIS COFINS.....	38	-
Reversão de provisão de plano de ações.....	347	-
Reversão de garantias prestadas.....	96	-
Reversão de provisão de verbas indenizatórias.....	284	-
Outras rec operacionais.....	57	211
Total	38.962	37.440

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Prestação de serviços no exterior.....	-	6
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii).....	16.624	13
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii).....	2.457	8.288
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii).....	5.757	-
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii).....	145	-
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii).....	727	-
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii).....	377	-
Provisão de garantias recebidas.....	-	23
Variação cambial.....	4.984	4.572
Despesas com depósitos judiciais	2.426	-
Provisão para Garantias prestadas	759	699
Provisão de execução de sucumbência	-	671
Atualização de provisão de execução de sucumbência	-	7
Outras	59	1
Total	34.315	14.280

25. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basileia II

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam:

- Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.195/13- definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE);
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - definem a Parcela de RWA;
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), "Commodities" (RWAcum) e Câmbio (RWAcam);
- Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Apuração dos limites de Basileia II – Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2018	2017
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado).....	PR	1.395.855	1.280.670
Patrimônio de Referência Exigido.....	PRE	473.921	433.364
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	19.868	5.275
Valor da margem.....		902.066	842.031

- Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2018		2017	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	328.124	24%	301.094	24%
RWACAM.....	3.381	0%	9.267	1%
RWAJUR1	10.195	1%	10.175	1%
RWAJUR2	82.437	6%	82.526	6%
RWAJUR3	3.765	0%	880	0%
RWAJUR4	-	0%	-	0%
PCOM.....	-	0%	-	0%
PACS	-	0%	26	0%
RWAOPAD	46.019	3%	29.396	2%
Adicional BCB	-	0%	-	0%

- Extrapolação

	2018	2017
Índice alcançado	25,40%	27,34%

26. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação dos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2018	2017
Plano de ações diferidas.....	1.757	822
Total	1.757	822
Saldo no início do semestre.....	1.917	715
Constituição	187	107
Reversão	(347)	-
Saldo no fim do semestre	1.757	822

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2018, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 437 (R\$ 423 em 2017) e pelos funcionários R\$ 568 (R\$ 493 em 2017).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e aos Administradores do **Banco Société Générale Brasil S.A.**

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Société Générale Brasil S.A., (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Société Générale Brasil S.A., em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Incorporação do Banco Cacique S.A. e da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores, Conforme nota explicativa nº 1, o Banco Société Générale Brasil S.A. incorporou integralmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco Cacique S.A. e a Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores. Em cumprimento às disposições do Banco Central do Brasil, examinamos os procedimentos de adotados nos processos de incorporação, os quais, em nossa opinião, estão de acordo com as normas regulamentares.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de agosto de 2018.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Emerson Morelli
Contador CRC- 1SP249401/O-4

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Société Générale S.A. (Comitê), órgão estatutário de caráter permanente, foi instituído em 31 de março de 2010 em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional – CMN. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário, composto por três diretores e se reporta diretamente à Diretoria Executiva. Compete ao Comitê, no âmbito do Conglomerado Société Générale Brasil, atuar em conformidade com o disposto em seu regimento assessorando a Diretoria Executiva no desempenho de suas atribuições relacionadas ao:

- Acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas;
- Na indicação e avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, bem como no acompanhamento das suas recomendações de melhorias nos controles internos;
- Avaliação da efetividade dos controles internos.

O Comitê reuniu-se formalmente 2 vezes incluindo a reunião para apreciação das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em junho/18 até a conclusão das atividades relativas ao semestre encerrado em 30/06/2018, além de ter mantido reuniões de trabalho para discussão de assuntos específicos com diretores e especialistas das instituições que compõe o Conglomerado, bem como consultores e auditores externos. Dentre as atividades do período destacam-se:

- Acompanhamento do plano de auditoria externa e das demonstrações financeiras de junho/2018.
- Acompanhamento do plano de auditoria interna.
- Avaliação da efetividade das auditorias interna e externa.
- Avaliação dos relatórios de ouvidoria das empresas do Conglomerado, relatórios dos diretores responsáveis pela ouvidoria sobre a adequação da estrutura e da atividade de ouvidoria.
- Avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno do Conglomerado, com ênfase no cumprimento do disposto na Resolução 2.554/98 e 3380/06, através da emissão de dashboards mensais.
- Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do período.
- Acompanhamento do atendimento aos apontamentos feitos pelos órgãos reguladores e Auditores Independentes e internos.

Em vista dos resultados dos trabalhos conduzidos, o Comitê concluiu serem satisfatórios e eficazes os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente bem como os sistemas e procedimentos de controles internos, recomendando a aprovação das demonstrações financeiras individuais e do Conglomerado relativas ao primeiro semestre de 2018.

São Paulo, 10 de agosto de 2018

Comitê de Auditoria